



**CRÔNICA DA RUA 513.2,
A ESCRITA, A REALIDADE E A MEMÓRIA**

*CRÔNICA DA RUA 513.2,
THE WRITING, THE REALITY AND THE MEMORY*

CRÔNICA DE RUA 513.2, ESCRITURA, REALIDAD Y MEMORIA

Carlos Eduardo Pinto Vergueiro Filho¹

RESUMO

Este artigo analisa três textos: o romance *Crônica da Rua 513.2* e os artigos historiográficos “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta” e “A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)”, todos escritos por João Paulo Borges Coelho. Nesta análise comparada, o objetivo será perceber os diálogos e as contaminações da realidade no texto ficcional, seja na abordagem do cotidiano, na formação do enredo, na escolha dos personagens e no foco narrativo, buscando as diferentes formas de representação imaginativa do Moçambique pós-independência e a criação de uma memória coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: João Paulo Borges Coelho, escrita ficcional, escrita historiográfica, realidade, memória.

ABSTRACT

*This article analyzes three texts: the novel *Crônica da Rua 513.2* and the historiographical articles “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta” and “A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)”, all written by João Paulo Borges Coelho. In this comparative analysis, the objective will be to understand the dialogues and contaminations of reality in the fictional text, whether in the approach to daily life, in the formation of the plot, in the choice of characters and in the narrative focus, seeking the different forms of imaginative representation of Mozambique in the post- independence era and the creation of a collective memory.*

KEYWORDS: *João Paulo Borges Coelho, fictional writing, historiographic writing, reality, memory.*

¹ Mestrando no programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pelo DLCV/USP.
E-mail: 8771749@usp.br



RESUMEN

*Este artículo analiza tres textos: la novela *Crônica da Rua 513.2* y los artículos historiográficos “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta” y “A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)”, todos escritos por João Paulo Borges Coelho. En este análisis comparativo, el objetivo será comprender los diálogos y contaminaciones de la realidad en el texto de ficción, ya sea en el acercamiento a la vida cotidiana, en la formación de la trama, en la elección de personajes y en el enfoque narrativo, buscando las diferentes formas de representación imaginativa de la post-independencia de Mozambique y la creación de una memoria colectiva.*

PALABRAS-CLAVE: *João Paulo Borges Coelho, escritura de ficción, escritura historiográfica, realidad, memoria.*

O leitor tem de saber que o que está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras.” (ECO, 1994, p. 81.)

Sou um humorista, mas a lei ordena-me que escreva sisudamente. Sou audacioso, mas a lei ordena que meu estilo seja modesto. Cinzento em fundo cinzento, eis a cor única, a cor autorizada da liberdade. A menor gota de orvalho em que reflete o sol cintila com um inesgotável jogo de cores, mas o sol de espírito, qualquer que seja o número dos indivíduos e a natureza dos objetos em que incide, só pode mostrar uma cor, a cor oficial! (...) A essência do espírito é sempre a própria verdade.” (MARX, 1977, p. 154.)

Para iniciar a reflexão sobre o regime de verdade foram escolhidas duas epígrafes. A primeira é sobre textos ficcionais que lidam diretamente com a imaginação, campo das outras verdades. A segunda é um excerto de Marx sobre a censura que cerceou a liberdade de escrita no regime prussiano. Partindo dos usos da verdade, neste artigo será realizada a análise de três textos de gêneros diferentes escritos pelo mesmo autor. Em uma perspectiva comparada, delimita-se que a análise sobre episódios do romance *Crônica da Rua 513.2* (primeira edição de 2006) será feita a partir do ponto de vista do narrador e suas escolhas criativas para retratar um cotidiano de uma rua inventada que pertence ao período dos anos iniciais pós-independência de Moçambique. No romance, o foco narrativo é composto por um sujeito imaginário que narra diferentes histórias em terceira pessoa; utiliza uma perspectiva panorâmica que consegue identificar geograficamente cada detalhe dos espaços. Este narrador possui o domínio do tempo passado e de todos os elementos do presente narrado, além de ser um narrador onisciente e intruso que participa esporadicamente da história fazendo claros julgamentos morais de seus personagens. É um narrador típico dos romances contemporâneos que consegue brincar com objetos do real para provocar um efeito que “na transcendência estética reflete[-se] o desencantamento do mundo.” (ADORNO, 2012, p. 58). Nos outros dois textos, o autor segue os protocolos do ofício de historiador com uma escrita atenta ao regime da verdade que utiliza provas por meio de documentos e fontes reais. Tendo isso em vista, surge uma questão: O

narrador do romance seria um narrador que não pode escrever como um historiador, pois tensiona criar verdades no subterrâneo das letras literárias que não cabem no discurso historiográfico? Este questionamento permeará as hipóteses deste artigo.

Duas formas de escrita

A historiografia africana desenvolve métodos próprios com expoentes como Cheik Anta Diop e Joseph Ki-Zerbo, concentrando seus estudos nas sociedades pré-coloniais na África. A historiografia africana tem origem e trajetória distintas da europeia, possuindo esta última uma tradição greco-romana² que séculos depois se consolida como uma ciência. Em sua trajetória recente, a historiografia africana lidou com a influência teórica da escola europeia dos *Annales*; com fontes escritas que necessitaram do auxílio da linguística; com vestígios materiais do passado, apoiando-se na arqueologia e etnologia; além de mergulhar na cultura oral, contaminando-se com métodos da antropologia e sociologia (COOPER, 2016; HOUTONDJI, 2008; MUDIMBE, 2019; NGOENHA, 2018). Em Moçambique, a historiografia como uma forma de disciplina própria surge na Universidade Eduardo Mondlane³.

Os Estados nacionais que surgiram na Europa tomaram a historiografia como ciência propícia a auxiliar no desenvolvimento do sentimento de pertencimento comunitário dos seus respectivos povos, formando nações com um passado comum. Não se pretende neste artigo definir as características do surgimento dos Estados nacionais e a relação com o nacionalismo europeu, apenas demonstrar que para o caso de Moçambique, na África, valem ao menos duas ponderações. Primeira, o fenômeno que surge nos Estados africanos independentes: a invenção de uma cultura nacional pautada desde o século XIX na construção da ideia etnocêntrica de uma cultura africana tradicional. Apesar da maioria das independências terem sido dirigidas por burguesias que se consolidaram no processo colonial, as observações de Terence Ranger (2014) no livro *A invenção das tradições* são pertinentes. Em uma delas, o autor concorda com a crítica do escritor queniano Ngugi Wa Thiong'o de que a burguesia africana adotou tradições europeias, mas que mesmo críticos a esse fato poderiam se contaminar: "Aqueles que como Ngugi repudiam a cultura de elite burguesa correm o risco irônico de adotar outro conjunto de invenções coloniais." (HOBSBAWN, RANGER, 2014, p. 328). Severino Ngoenha, filósofo moçambicano, também faz um destaque sobre a especificidade do nascimento dos Estados africanos tomando Moçambique como exemplo "no Ocidente foram as Nações que fizeram os Estados, em África foram as elites que fizeram os partidos, os partidos que fizeram os Estados e estes é que tiveram que fazer as Nações." (NGOENHA, 2019, p. 24).

2 Para conhecer melhor o debate que vem desde a antiguidade clássica acerca das diferenças da escrita historiográfica e literária ver: GINZBURG (2002), MOMIGLIANO (2019), WHITE (2014).

3 A construção dessa Universidade se deu no período colonial e após a independência teve seu nome alterado em homenagem ao primeiro presidente da FRELIMO.

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), grupo de inspiração marxista-leninista e vitorioso na guerra de libertação, quando após a independência toma o poder e torna-se partido, escolhe um passado para ser lembrado: o glorioso passado de resistência ao colonialismo; de imperadores como Ngungunhane que foram elevados a heróis nacionais, mesmo que não fosse nacional, como lembra o poeta Craveirinha em entrevista: “E há então a reabilitação moçambicanamente de um indivíduo que é sempre um estrangeiro: o Gungunhana era um estrangeiro, era um ocupante!” (LABAN, 1998, p. 59-60); uma preferência por grupos étnicos do sul, ignorando as resistências no resto do país e chamando de reacionários aqueles que discordavam de alguma outra tática para a revolução. Esse processo de esquecimento de um determinado passado colonial teve a função de justificar as ações do presente por aqueles que assumiram o controle e dar um sentido ao novo Estado independente: “As lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem no caos” (LOWENTHAL, 1998, p. 95). Em uma função de Estado-historiador, a FRELIMO toma algumas medidas, por exemplo: reorganiza o patrimônio nacional a partir de um panteão de heróis; nomeia revolucionários estrangeiros para as novas avenidas e ruas; muda o nome da capital para Maputo, mesmo que não fosse exatamente o local, tal como novamente lembrado pelo poeta Craveirinha em uma entrevista a Michel Laban:

Porque Maputo, em realidade, chama-se Capfumo. Foi a Frelimo que resolveu chamar esta cidade Maputo, não sei porquê. Existe um certo desgosto, um certo recalque por a Frelimo ter mudado aqui o nome: ‘Porque é que não chamou a este sítio como era chamado e como ainda hoje chamam?’ Não pega ‘Maputo’: Maputo é do outro lado da baía. Eu perguntei ao Samora e ele disse, dando-me uma palmada: ‘Pois é. E depois queres reivindicar, para dizer que a terra é vossa, não é?’ Por causa do clã M’Pfumu. M’Pfumu era o nome do rei. Eu, por exemplo, por parte da minha mãe sou M’Pfumu. Os M’Pfumu reivindicam que são daqui, que são rongas. Eu disse que não era justo porque, por exemplo, Nampula continua Nampula, e o régulo colaborou com os portugueses! Samora respondeu: ‘Ah, lá não há problemas!’ (LABAN, 1998, p. 59)

Esse episódio real retrata muito bem como a história, que o novo Estado buscava contar, estava mais próximo ao do fabular, formulações próprias da ficção, do que a preocupação acerca da verdade, próprias do historiador. João Paulo Borges Coelho, o historiador, em seus dois artigos faz o contraponto da história que nasce desses percalços. Em sua escrita historiográfica, utiliza documentos oficiais portugueses da época colonial, diários, discursos de militantes da FRELIMO, estatísticas militares e testemunhos orais como fontes. Contudo, o próprio autor reconhece a dificuldade em encontrar fontes oficiais pós-independência, já que justamente o trato da memória e patrimônio passou a ser controlado pelo poder estatal centralizado e não tão transparente da FRELIMO (COELHO, 2009, *passim*).

O texto “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta” tem como tese o potencial da violência das ex-colônias portuguesas, tendo em vista o longo e destrutivo período

das guerras coloniais. O autor localiza três fatores: o problema das fronteiras, especificamente no caso de Moçambique com a antiga Rodésia e a África do Sul; fatores internos na divisão do movimento nacionalista que gerou a FRELIMO e a RENAMO; o Estado centralizado e de partido único que se formou após a independência com posturas autoritárias. A militarização da sociedade acontece de forma acentuada na década de sessenta com as políticas coloniais portuguesas de *comandamento e acionamento*, nas quais as populações rurais eram armadas para formar uma força paramilitar de autodefesa de suas terras contra os combatentes da FRELIMO. A desestruturação das regras de *aldeias tradicionais* para a do *aldeamento*, “concentrados à força e violentamente pelas autoridades coloniais nestes redutos” (COELHO, 2003, p. 180), prevaleceu no período. Por meio de pilhagens, os aldeamentos com milícias multiplicaram tensões regionais não necessariamente atreladas à disputa entre colonialistas e nacionalistas. Soma-se ao fato, por um lado, a política portuguesa de uma emigração para o ultramar, recrutando jovens brancos de Portugal para atuar nas suas posses ultramarinas. Por outro lado, com a mudança de governo em Portugal, de Salazar para Marcelo Caetano, há estatisticamente um aumento das tropas africanizadas do império perante as tropas metropolitanas atuando no ultramar. Aliada à descentralização militar portuguesa, houve uma nova forma de recrutamento, chamada de Grupo especial (mais conhecida em Angola como Flechas), a qual previa forças africanas locais controladas diretamente pelos portugueses, no caso de Moçambique incentivadas pela vizinha Rodésia. A partir dos “três teatros de Guerra”, como ficaram conhecidas as guerras que levaram a independência das colônias portuguesas, é formada uma cultura militarizada que em Moçambique ficou claramente identificada nas zonas centrais do país. Milícias, guardas rurais e aldeias militarizadas compuseram os desafios com os quais os novos Estados, principalmente Moçambique, tiveram que lidar, tais como desarmar os povos e regiões militarizadas pelo colonialismo português:

O destino desses homens faz parte de uma história que só fragmentariamente é entendida ainda. De qualquer forma, pode dizer-se que o espaço que lhe restou era estreito, situado entre um Estado português esboroando-se em retirada, de resto com pouca vontade política e quase nenhuma margem de manobra (sobretudo na Guiné e em Moçambique) para se empenhar em seu favor, e movimentos nacionalistas vitoriosos que os encaravam com os piores olhos devido não só ao papel que haviam desempenhado durante a guerra, mas, também, às ameaças que representavam nos tempos de soberania incerta que foram os das independências. (COELHO, 2003, p. 189)

Há um diálogo com os questionamentos levantados no texto sobre a Literatura Quantitativa (LQ). Nesse, J. P. Borges Coelho faz uma crítica às análises predominantes sobre a guerra civil em Moçambique. Segundo ele, bebem de uma influência norte-americana em lidar com conflitos armados a partir de bancos de dados estatísticos. Para essa corrente, a motivação econômica é a primeira explicação para o início de uma guerra interna, enquanto o ressentimento de um grupo fica em segundo plano. Recebendo muitos emigrantes moçambicanos, a Rodésia sonhava em

ter uma saída ao mar pela região de Beira. Os estudos focalizam nessa questão para explicar o apoio desse país às tropas auxiliares portuguesas (G.E. ou Flechas como ficaram conhecidas) ao defender o território contra as forças nacionalistas. Como resposta, uma variante do modelo LQ, instituído por Collier-Hoeffler, é adotado para pensar a guerra em Moçambique. Nele, fatores internos como a pobreza, curta distância temporal de conflitos anteriores e questões étnicas também são levantados. Todavia, novamente o autor faz uma ressalva, pois somente tiveram impacto após 1977, já que o MNR (futura RENAMO) surge antes da própria existência dessas situações do novo governo. A tese de que dissidentes e perseguidos da FRELIMO iriam aumentar o contingente da RENAMO e definir a duração da guerra interna em Moçambique também é inconsistente, segundo Coelho, já que carece de pesquisa em função das restrições do novo regime (COELHO, 2009, p. 147). Outras leituras do conflito enfocam na questão étnica a partir do ponto de vista dos Macuas-lomwe que estariam se vingando da “gente do sul” (dominadas por outras etnias). A análise da LQ à qual o autor mais se aproxima é aquela que tem como tese o fato da FRELIMO não conseguir chegar à totalidade do território e precisar criar métodos de violência (campos de reeducação, por exemplo) para controlar o território. Porém, o mesmo autor rechaça parte dessa visão, tendo em vista que a FRELIMO tinha um grande apoio de bases sociais por ter vencido os portugueses na guerra de libertação. Para ele, a RENAMO se consolidou alimentando-se de micro-conflitos previamente existentes e a guerra interna ganhou maior intensidade após países vizinhos como Malawi, Zimbábue e Tanzânia receberem refugiados e emigrantes moçambicanos.

De outra forma, a escrita de J. P. Borges Coelho que utiliza o recurso da ficção (*Crônica da Rua 513.2*) apresenta um grande jogo de poder. O narrador no romance alimenta as vozes destoantes daquelas que pretendiam controlar o futuro de Moçambique, seja por meio dos diálogos ou na caracterização dos personagens pelo narrador, ora irônica, ora debochada, deixando os conflitos entre o projeto de futuro da FRELIMO e a realidade do presente das populações locais na rua aparecerem juntas com espectros do passado. Na narrativa, o uso dos “fantasmas” do passado atribui um novo verniz à história contada, dado que problematiza a relação dos personagens e da própria rua enquanto espaço da memória, tal como observado por Nazir Can:

O passado, encarnado nestas figuras, é constantemente evocado e mediado, sendo emocionalmente rebatido ou aceite, dependendo das relações que se estabelecem. Seja qual for o tratamento que lhe é conferido pelos moradores (e precisamente pela diferença de recepção em cada casa), o “resquício” constitui um núcleo de significado fundamental na construção da obra. (CAN, 2008, p. 78)

Os “resquícios” do passado são a chave para o funcionamento dos episódios. Todas as vezes que os personagens pretendem um futuro diferente, o passado reaparece em suas casas, fala diretamente com eles dando voz aos ausentes e causa algum conflito na cena. A sombra do

passado aparece em dois personagens centrais: na figura do inspetor Monteiro (ex-funcionário da PIDE do império colonial português), que era o antigo proprietário da casa de Filimone, habitando de forma fantasmagórica aquele espaço; e no fantasma nguluvi de Tito Nharreluga, personagem que representa um lugar instável no mundo do trabalho formal da maioria da população moçambicana, pois não consegue se encontrar em nenhum emprego na cidade após sair da sua vida no norte do país. Ambos compõem um contraste entre o começo e o fim do romance que discutiremos mais à frente.

A realidade em conflito nas duas escritas

Essencialmente, e de uma forma reveladora do «humanismo» da Frelimo, foram duas as formas de integração/punição dos combatentes comprometidos com estas forças: o internamento em campos de reeducação, localizados no centro e norte do país, onde entrando como inimigos do povo deveriam sair, após um processo de limpeza, como exemplo do « homem novo » revolucionário, identificado com o povo; e um processo de « purificação » que passava pela afixação em locais públicos (de trabalho ou residência), por parte destes comprometidos, das suas biografias pessoais, ficando assim demonstrado o seu arrependimento, e libertando-se os arrependidos das chantagens que lhes pudessem ser feitas por terceiros com base no seu agora incômodo passado. Momento simbólico deste processo foi o ajuste de contas mediático e urbano conduzido pelo presidente Samora Machel e que ficou conhecido como a « Reunião com os comprometidos ». Nela, o presidente interpelou várias figuras de Moçambicanos que haviam ocupado postos na vigência colonial, desde membros da assembleia legislativa provincial a agentes da PIDE e combatentes das forças especiais. Alguns foram presos no local e enviados directamente para campos de reeducação; outros mandados em paz, para reassumir a sua vida civil. (COELHO, 2003, p. 191)

“Por tudo isto é que vamos tomar medidas, camaradas!” O secretário encetava a tirada final. “Medidas corretivas, para que outros infiltrados como estes saibam o que os espera se os quiserem imitar nestas ilegalidades. E também para que estes cidadãos aprendam onde está a razão e regressem à nossa grande família. Por isso eles vão ser reeducados!” (COELHO, 2020, p. 194)

Os excertos dialogam sobre algumas políticas adotadas nos primeiros anos pós-independência que estabelecem a violência como método de resolução de conflitos. Sobre essa questão surge aqui uma hipótese: seriam os personagens criados pelo ficcionista J.P. Borges Coelho representações da forma crítica que o historiador J. P. Borges Coelho faz a “Literatura Quantitativa” em Moçambique? O trecho abaixo dialoga directamente com ela ao ponderar o fato de que a população, justamente os protagonistas da história, são simplificados nas análises historiográficas que os colocam como passivos no processo:

Um dos problemas mais sérios da LQ está na necessidade intrínseca que tem de simplificar o número de actores, e também de os imobilizar para poder obter os valores absolutos que alimentem as operações estatísticas. A “população” é transformada em categoria singular, destituída de diversidade para além de uma curiosa classificação étnico-territorial, incapaz de evolução ao longo do processo. Essa categoria é reduzida ao papel de vítima (que justamente é), sendo-lhe com isso negado o papel de agente no processo. E todavia seria mais produtivo indagar as estratégias diversificadas que esta procura para responder à guerra e à violência, estratégias essas que não se limitam a escolhas ideológicas e têm por base a sobrevivência. (COELHO, 2009, p. 16)

Tendo a realidade do presente narrado como material literário, os personagens da ficção ganham uma vida ativa, ficando latente em alguns episódios marcados por conflitos entre o plano que tem o partido revolucionário da FRELIMO para o futuro de Moçambique e os acontecimentos do presente. Os episódios escolhidos pelo escritor são narrados por um foco narrativo difuso de forma a revelar a poesia dos instantes, das crônicas do cotidiano no sentido lato associado ao tempo, algo que se aproxima à definição trazida por Lowenthal sobre romances históricos na Europa, mas que em Moçambique acontece por um passado em investigação:

[O] despertar poético de pessoas comuns enredadas em grandes acontecimentos históricos importava mais do que os acontecimentos em si; por meio dos humildes anais dos pobres, os leitores podiam experimentar novamente o que motivara os homens do passado a pensar, sentir e agir da maneira como o fizeram. (LOWENTHAL, 1998, p. 128)

É interessante observar o fato de que o romance não é definido como um romance histórico por nenhum de seus intérpretes, tendo em vista que talvez dialogue com um passado recente indefinido pelos próprios historiadores, como por exemplo o que é explorado por J.P. Borges Coelho, o historiador, sobre a guerra civil em Moçambique (COELHO, 2003). Sendo assim, os episódios contados pelo narrador, que toma diferentes posições durante a narrativa, ganham uma verossimilhança a partir da realidade de acontecimentos que de fato ocorreram, tais como: trabalhos coletivos, comícios da FRELIMO e filas para retirar alimentos nas cooperativas do bairro. Todavia, não foram acontecimentos épicos, fatos históricos sobre os quais provavelmente se debruçariam historiadores para os fazer lembrar na memória coletiva. Foram fatos do cotidiano, crônicas que passariam despercebidas aos olhos para grandes eventos, como a guerra civil, a qual os historiadores em Moçambique se entregam. O interessante na narrativa, trazida somente pela escrita literária moçambicana, é que foram fatos esquecidos por quem controlou o passado, mas que no jogo de verossimilhança da realidade contada estão muito presentes nas lembranças de quem viveu o período.

Em alguns episódios, o conflito das realidades toma um efeito poético. Os finais de semana são os momentos de maior demonstração. A construção de um abrigo antiaéreo contra invasores estrangeiros por meio do trabalho coletivo aos domingos gera uma cena em que

quase todos os personagens participam. O Comandante Santiago (representante do segmento militar na sociedade moçambicana que vive entre idas e vindas de operações militares que ninguém conhece muito bem) traz a informação em língua estrangeira de que haveria um ataque aéreo a Maputo. O partido, por meio do secretário Filimone (militante de base responsável pela condução da revolução naquela rua periférica, atuando como um supervisor do plano central ao controlar e desconfiar de cada atitude suspeita contra a revolução), mobiliza a sua base para defender a revolução, claro, após uma breve discussão com o fantasma de Monteiro. Filimone fica inseguro com a orientação do Partido. Confuso, o povo da rua não sabe se era uma ordem militar ou política. Nesse interim, Filimone tem pesadelos consumidos pelos fantasmas do passado e pelas incertezas da nova guerra que se avizinha. Os trabalhos coletivos começam. O narrador da história se intromete e passa a narrar em primeira pessoa do plural “Começamos desde cedo neste domingo, nós, os moradores.” (COELHO, 2020, p. 95). No meio dos trabalhos, é possível perceber o espectro do inspetor Monteiro na varanda do secretário torcendo para tudo dar errado. Contudo, o primeiro dia de trabalho é muito satisfatório, já que até a família Mbeve, de quem Filimone desconfiava por achá-los ladinos, também participa. Somente dois moradores não participaram: o bancário Teles Nhantumbo e a professora Alice. O segundo dia já não é tão produtivo, vários moradores não comparecem ao trabalho. O trabalho coletivo desordenado começa a gerar conflitos que provocam soluções punitivas. Nenhum encaminhamento é feito e “voltam quase todos aos trabalhos, cavando devagar e resmungando as canções revolucionárias em vez de as cantar” (COELHO, 2020, p. 99). Após muito cavar, aparece água no solo, um problema encontrado pelo mecânico Ferraz. Sugerem-se bombas para retirar a água, todavia, descobrem ser salgada. Uma imagem interessante se faz: a conexão subterrânea entre a rua periférica e o mar que deságua no mundo. O que deveria ser uma aproximação daquela rua distante com outras terras, torna-se um problema sanitário, tendo em vista que a malária (doença endêmica na região) povoará aquele espaço. A maldição da água salgada, de um inimigo interno (a doença) mais real que um inimigo externo (as bombas), provoca risos no inspetor Monteiro “E Filimone segue-a, docilmente, enquanto lá em cima o Inspetor Monteiro sorri satisfeito.” (COELHO, 2020, p. 99).

O que esse episódio revela ao leitor? A mudança do espaço físico da rua, causado por um alarde dos que estão no controle do presente em referência a uma nova guerra que se aproxima, gera um tumulto entre os moradores. Na ficção, o personagem de Santiago expressa um dos tópicos que J. P. Borges Coelho aborda em seu artigo historiográfico, a questão militar. Revela pelos documentos da independência (acordos de Lusaka) a negativa da FRELIMO (na época ainda FPLM) em aceitar forças coloniais no exército da nova nação que se formava, já que dentro dos revolucionários “a vanguarda era representada pelo próprio aparelho militar” (COELHO, 2003, p. 190). O fato narrado, despertado por Santiago, e o trabalho coletivo compulsório para construir um abrigo, tomado como solução política pela FRELIMO que controla, ocasionam mais problemas internos. A imagem do encontro da terra com a água, em seu sentido poético,

é emblemática na descrição das ações dos personagens controlados (cavar devagar, resmungar canções, se ausentar, por exemplo); nos discursos, ironizados pelo narrador em suas formas de contar os que controlam (Filimone e o fantasma de Monteiro, principalmente); e nas falas, como do mecânico Zeca Ferraz que elucida os problemas encontrados. É na urdidura entre fatos do real, memórias que entram em cena e personagens que agem na trama contados por um narrador comentarista e intruso que o leitor é envolvido, causando um efeito de verossimilhança a quem lê e testemunha a história.

Em outro episódio, ocorre um comício do presidente Samora Machel em que se fecham todas as atividades para prestigiá-lo ao lado de um representante soviético: “As estradas também estão desertas porque nenhum veículo pode competir com a limusine que transporta o venerado camarada” (COELHO, 2020, p. 139). Após passar pelas avenidas centrais, que homenageiam comunistas russos e alemães, sua comitiva segue para outros bairros até chegar à rua 513.2. Acenando para os moradores e dizendo “bom dia, camaradas” provoca indiferença em alguns e expectativa de reconhecimento em outros, tal como Judite, esposa de Tito Nharrelunga e vendedora de bagias (bolo frito), que imagina suas bagias serem tornadas um grande negócio de Moçambique. Entretanto, após a recusa do soviético e do presidente Samora em experimentá-las, a personagem se frustra “desalentada, regressou à sua antiga condição” (COELHO, 2020, p. 143). Da varanda, o fantasma da senhora Pestana (esposa de doutor Pestana, antigo morador da casa de Tito que vigia de forma espectral os novos moradores) observa a cena e reforça a ideia de que para sujeitos como Judite nem a época colonial nem a revolucionária transformaram sua condição. A cena do encontro de Samora com Josefate (funcionário em uma fábrica de cervejas que gosta de tocar saxofone nas horas vagas, inspirando-se no jazz de Thelonius Monk e John Coltrane) também é conflituosa. Com seu saxofone quer mostrar suas habilidades musicais, mas Samora sugere instrumentos tradicionais como a Kalinka e confunde a vestimenta balalaika com instrumento musical, demonstrando o desconhecimento que o presidente tinha das culturas endógenas que povoavam sua nação. Filimone é o próximo cumprimentado pelo estrangeiro. Samora logo encurta o encontro, seja pela fala de Filimone, que conta os problemas de indisciplina para o trabalho na rua ao representante soviético, quanto pelo sinal de Samora que pensa “interessam-lhe menos os militantes já conquistados, mais aqueles que é preciso conquistar” (COELHO, 2020, p. 145). O cortejo não adentra o areal, que levava às palhotas e caniços de moradores pouco letrados e confusos, simbolizando que a revolução atingia parte da população moçambicana, enquanto outros seguiam com uma vida parecida à época colonial em que também quase nada tinham. Samora prepara um discurso com um punho cerrado nas ancas, seus dedos em riste na outra e a pala do boné virada ao céu. De repente, grita ao vento: “fascistas!”, procurando um inimigo invisível que rodeia aquele lugar. Todos sabem que está falando do fantasma do inspetor Monteiro, membro da PIDE que perseguiu revolucionários nos anos das guerras de libertação. A memória do passado recente domina os pensamentos dos que estão no poder e também do militante de base Filimone, que convive com ele diariamente:

“Morava onde agora moro eu, camarada Presidente, mas isso já todos sabemos”, pensa Filimone com toda a força do que é capaz. Siga adiante no seu discurso, procure outros inimigos que esse já me deu dores de cabeça que cheguem. Poupe-me, vá, que eu já tenho de lidar com o maldito Inspetor todos os dias. (COELHO, 2020, p. 152)

Nesse episódio, personagens reais como o presidente Samora saltam à cena e mostram suas fragilidades por meio da forma cômica contada pelo narrador. Novamente, os espectros do passado invadem a trama, comentando e ridicularizando desfechos. A distribuição igualitária de alimentos básicos na loja estatal do bairro é outro acontecimento com cenas que mostram os conflitos pelos quais passava o regime de transição. O narrador intruso é testemunha da situação que ocorre diante da entrega de alimentos na loja do bairro:

O cartão azul significa o racionamento por meio do qual todos nós, independente de quem formos, ganhamos direito ao mesmo cabaz de produtos que nos permitirá atravessar o mês sobrevivendo: farinha de milho, açúcar e feijão, óleo e sabão. Quanto ao cartão branco da cooperativa, dá acesso aos extras que chegarem: manteiga ou laranjas de Pedrosa, um molho de pequenos peixes se for um mês de sorte, de promessas e de azar. Agitamos no ar esses cartões brancos e azuis como se fizéssemos parte de uma multidão saudando a passagem de alguém importante, na verdade fazendo-o para comprovar a legitimidade da nossa condição. (COELHO, 2020, p. 231)

O conflito começa após Antonieta, esposa de Josefate, querer retirar os alimentos para Valgy (comerciante indiano que é considerado louco pelas crianças da rua por ter cultura e hábitos diferentes dos demais, além de desprezar negros e portugueses) que não podia ir. Muitos na fila acham desrespeitoso e começam o tumulto que deixa a entrega paralisada. Filimone busca uma solução e libera a retirada avisando a Antonieta que seria a última vez, pois não existia procuração para retirada de alimentos. Ela faz esse favor a Valgy em troca de serviço e doação. O segundo conflito começa quando a professora Alice vai retirar seus alimentos e na lista conferem suas faltas aos trabalhos coletivos de domingo. Filimone propõe a justiça: cerceá-la da entrega já que não contribuiu com o desenvolvimento da rua. Uma parte concorda com ele e outra fica com dó da coitada. Quando Alice justifica suas ausências, um silêncio toma conta do espaço. Os personagens ouvem seus ensinamentos do que fazia aos domingos e o leitor pela voz de compaixão do narrador:

É professora, corrigiu os trabalhos dos alunos um a um, que todas as crianças têm direito a uma atenção particular. Um escrevem bem, com letra redonda e frases claras, debitando o que lhes é pedido, sabendo aonde querem chegar. Outra, nem tanto: espremem gatafunhos tortuosos e demorados, fugindo com eles das respostas, enveredando por inesperados atalhos muito diferentes dos caminhos recomendados. Quase sempre esses desvios esforçados pretendem dizer qualquer coisa, quase nunca é erro puro. O segredo, explica a professora, está em entender e descobrir que atalhos são esses, e onde se pretende chegar. (COELHO, 2020, p. 238)

Uma lição é dada pela professora a Filimone: fazer justiça era tratar com equidade cada sujeito, não só pela igualdade da lei que tanto defendia. No meio do furdunço em que a situação era resolvida, produtos eram desviados dando origem a uma redistribuição paralela à oficial. As sobras da distribuição ficavam com Guilhermina (esposa de Zeca Ferraz) e Filimone, mas quem levava o extra desses privilégios para as suas respectivas casas era o próprio povo da rua. Nesse episódio ficam expostas as inconsistências do regime de economia planificada idealizado pela FRELIMO. O jogo que o narrador faz com o verossímil ao utilizar fatos do real (cartão azul e branco, bichas e cooperativas estatais de distribuição alimentícia nos bairros) se apresenta nas cenas de conflito entre os personagens, mostrando por um narrador testemunha os problemas cotidianos do “planificado” da economia e da “justiça igualitária” do regime socialista. A fala da professora, uma personagem bastante secundária em toda a trama, é uma pedra de lucidez para o caminho de futuro que se tem que buscar: uma professora que descobre a preciosidade da escrita por meio dos erros e caminhos tortuosos de seus alunos. Na narrativa, ela acaba se comportando quase como uma máxima, uma moral para os novos tempos.

Nas cenas, ficam explicitados os sentimentos dos personagens de não pertencimento aos planos revolucionários, na integração ao planejamento centralizado das ações, dos limites dentro da realidade empobrecida do país e a falta de maleabilidade do regime em lidar com situações reais nas diferentes localidades. Esses imbróglis aparecem na escrita criativa e nos focos narrativos escolhidos para cada episódio. Volta-se aqui a hipótese deste artigo: seria essa escrita literária uma resposta à interpretação da LQ sobre as causas da guerra civil? Segue mais um excerto para a reflexão:

A interpretação da guerra exige pois extrema sensibilidade e atenção para a multiplicidade de actores e respectivas transformações no eixo do tempo, de que resulta uma permanente reconfiguração das suas relações. Uma leitura diacrónica e sincrónica que a parafernália de correlações binárias, coeficientes de Gini e relações ‘diádicas’ da LQ não nos consegue dar. (COELHO, 2009, p. 158)

O desfecho da narrativa compõe situações de distopia. Doris Wieser (2018) aponta que o encerramento do livro compõe uma imagem que mostra as contradições entre o projeto de futuro do governo e a realidade vivida no presente:

No final começa a chover. No entanto, não é uma chuva libertadora capaz de lavar o passado, apagando seus fantasmas para sempre, mas sim uma chuva que transforma a rua em lama. Os moradores se mudam para outros lugares. A visão do futuro, se não for totalmente pessimista, então é pelo menos extremamente incerta (WIESER, 2018, p. 253, nossa tradução)⁴

4 “At the end it starts to rain. Nonetheless it is not a liberating rain capable of washing the past, erasing its ghosts forever, but rather a rain that turns the street into mire. The locals move to other places. The vision of the future, if it is not totally pessimistic, then is at least extremely uncertain”

A rua, próxima ao centro de poder e não tão distante do mar, está no meio do caminho da história que será construída na Moçambique pós-independência. A força do livro vem ao apresentar histórias imaginadas que carregam em suas formas fragmentárias o passado colonial no seio das contradições do regime que se formava. O Estado em formação, controlador e punitivo a um passado escolhido, prefere não enxergar essas contradições para não se iludir com suas utopias. Elas acontecem subjetivamente em espíritos que rondam o povo, esse que muitas vezes não entende seus sinais ou, objetivamente, na miséria e situação de insegurança que vivem na realidade do país em transição.

O encaminhamento dado aos personagens é trágico. O fim de Josefate, personagem de sonhos transformados em música, foi ser levado aos campos de reeducação; Tito Nharrelunga desaparece nas zonas de conflito do Zambeze onde encontra o Comandante Santiago passando para o conflito armado (símbolo do início da guerra interna); o fracasso da empresa ilegal de Teles Nhantumbo; a loucura que dominou Valgy; a demissão de Pedrosa da empresa estatal e seu rompimento com o Comitê Central do Partido; as frustrações de Filimone em desenvolver os projetos nacionais para a rua 513.4 a fim de ganhar prestígio na FRELIMO; a professora Alice que é silenciada durante toda a história, logo ela quem mais conhecia as populações da parte do caniço da rua; a oficina de carros de Zeca Ferraz abandonada por falta de automóveis no subúrbio, dado o desenvolvimento econômico parco da nova nação. O destino da rua é igual ao de qualquer cidade em um país capitalista: suas terras se valorizaram sendo vendidas a gente mais rica, fazendo os moradores viverem mais afastados do poder e o espaço se modifica para os altos muros crescerem. Portanto, vale aqui a definição feita por Sandra I. Sousa que percebe o cerne das escritas do autor em questão: “Borges Coelho torna claro, isto é, que a representação lógica das continuidades coloniais passado/presente têm como raiz a persistência das injustiças.” (SOUSA, 2013, p. 117).

Retomando a hipótese central desse artigo: no romance, não seriam as formas de violência contidas na estrutura do Estado herdado e nos fantasmas do passado aquilo que o historiador J. P. Borges Coelho disserta sobre as continuidades da violência no regime adotado pós-independência?

Os becos da memória

O breu toma conta dos quintais da Rua 513.2 nestes dias de lua nova. No número 7, aquele que um dia o secretário Filimone quis mas não logrou ocupar, é escassa a luz dos vizinhos cujas franjas se pudessem aproveitar: Do lado esquerdo, a casa do senhor Costa, quase sempre vazia desde o dia que a esposa do dito partiu; do lado direito – antes terreno baldio onde crescia o mato, hoje ex-projeto de abrigo, buraco fundo e alagado que alimenta os pesadelos do secretário Filimone – mais escuridão. Desta maneira, dependem ali inteiramente da luz que a pequenina fogueira das traseiras consegue espalhar. (COELHO, 2020, p. 103)

O trecho acima selecionado inicia o capítulo oito do livro. Após apresentar a maioria dos personagens, o narrador traz algumas imagens enigmáticas: o breu da rua provocado pela lua ausente, a escassez de luz na casa dos vizinhos, os espaços vazios deixados na casa de Basílio Costa (representação de um despachante que tem um cargo médio no porto de Maputo) após a partida de sua ex-mulher e o terreno baldio que seria o lugar da segurança diante de ameaças externas. É como se uma nova etapa no romance se abrisse a partir de uma nova luz, singela como a fogueira. A figura que representa o poder central, Filimone, está frustrado com o trabalho coletivo realizado aos domingos, seja pelo baixo envolvimento da família Mbeve, Nhantumbo, Valgy e a professora Alice nos trabalhos “voluntários”, seja pelo desfecho em que descobrem água salgada no buraco cavado. Com a beleza de seus lábios, o cheiro da sua panela e o sabor das suas bagias, Judite atrai olhares de varandas e quintais, despertando uma fome insaciável, primeiro da família. Famintos, seus filhos vão direto à beira da fogueira. Seu marido Tito Nharreluga, contudo, vai de forma lenta ao encontro dela. Para ele, fogueira é memória da infância, de um passado incômodo que não quer se lembrar por estar distante. Seu filho, responsável no presente por apanhar a lenha, deixa seus rastros pelo caminho. O fogo queima os galhos daquela história que o narrador busca recuperar, pois do presente só ficam pés de trabalhadores que regressam aos seus lares ou marcas de pneus de carros que passam o tempo.

A utilização da fogueira, do quintal e de um terreno modificado incomoda o espectro do antigo morador Doutor Pestana, que só enxergava a riqueza pelos livros: “Olha o quintal! Ali onde eu tinha as roseiras e buganvílias, mulher! Olha mas é para a sala, ali onde eu tinha as estantes com os livros (se é que consegue ver alguma coisa nesta escuridão). Desapareceu tudo!” (COELHO, 2020, p. 106). A lembrança acompanha o remorso do exílio em que se encontra. O distanciamento de tempo e espaço causa-lhe vergonha daquilo que deixou, uma memória afetiva do lugar que não é mais seu. Sua esposa, Aurora, julga os hábitos dos novos donos, que comem com as mãos sem obedecer a regra de crianças servirem-se antes dos adultos, mas desiste após a mão sábia de Tito afagá-la, silenciando sua voz fantasmagórica. O fato de Tito estar em um lugar instável na narrativa, pois não se identifica com nenhuma categoria social, permite que ele perceba os pequenos fragmentos da vida, recuperados pelo seu passado urdido em sonhos inimagináveis. Ao sentar-se nas dunas da praia, no buscar a lenha para a fogueira, nas descobertas de ninhos de aves e túneis de caranguejos, cenas que compuseram sua infância rompida pela fase adulta e pela distância geográfica, Tito desfaz os nós para sobreviver ao novo mundo. Não se encontrou na cidade grande, pingou em cada subúrbio, e foi com Judite que enfim sua vida tomou um rumo. Foi ela quem lhe ensinou a transitar pelos espaços da cidade, a ludibriar regras pré-estabelecidas pelo Filimone, a colocar tabuleiros na porta dos vizinhos. Foi ela quem conseguiu uma casa provisória para morarem, foi nela que reconstruíram esses sonhos. Das bagias da rua 513.2 à frente da presidência da República Popular de Moçambique, eis os sonhos de Judite. Os urbanos sonhos provisórios de Judite são rompidos pela fala do rural Tito sobre o emprego que precisa arrumar no dia seguinte. A fome de sonhos é ocupada por bagias em seu estômago que o fazem dormir.

No decorrer do livro, os sonhos de Judite são desfeitos em episódios como do comício do presidente Samora. Tito na narrativa regressa ao norte, onde habitam suas memórias, mas desta vez são trucidadas pela guerra civil que vivenciou após inesperadamente desaparecer. A ausência de Tito provoca preocupações durante um tempo na rua, mas que aos poucos são perdidas. Somente reaparece quando Valgy enlouquece e começa a ouvir mensagens da tempestade, mas em forma de espectro, um nguluvi. Quando Filimone fica sabendo dá-lhe um nó. Estava acostumado a lidar com o espectro de um colono português da PIDE, mas nunca de nguluvi, um fantasma ancestral que carrega sentimentos da vingança pelo qual Monteiro e Filimone estavam consumidos:

O pior é que o nguluvi vai ter de voltar a alterar os planos. Começou por tentar apurar um arrependimento do Comandante Santiago para que esse sentimento o ajudasse a humanizar-se. Inviabilizado esse caminho, tentou outro, convocando uma Judite que talvez lhe adoçasse o sobrenatural coração. Talvez que a esposa, com o sussurro quente do seu respirar, com a sua pele cheirando vagamente ao cheiro almiscarado das bagias, despertasse em si antigas urgências já quase esquecidas, urgências em regressar. Mas também isso falhou pois em vez do almejado cheiro lhe chegou antes o cheiro nervoso, oficial e mais político do Secretário. Tudo falhou, e o nguluvi reflete agora num terceiro caminho, mais direto e aziago. (COELHO, 2020, p. 302)

O despertar sentimental de nguluvi, mesmo que pontual na narrativa, e o conjunto de sentidos trazidos pela fogueira e o cozinhar de Judite tem poderes inconscientes (algo até proustiano no caso) de trazer memórias esquecidas ou escondidas por sonhos. A riqueza desses fragmentos está em justamente fazer humanizar personagens em conflito de poder na história. O fio da memória se comporta como o sustentáculo do “almejado cheiro” que aguça o paladar da rua no presente que se quer fazer lembrar. Todavia, ao final, nguluvi é silenciado. A rua segue seu caminho de esquecimento construído por muros altos que encobrem as Acácias de dona Aurora, resquício do passado.

A memória coletiva em Moçambique é um campo de ausências trazidas pelos traumas do colonialismo, das guerras de libertação e da guerra civil. Elas silenciaram sujeitos, que se mudaram e transformaram espaços urbanos. O escritor ao escolher esses espaços da rua como memória que se modifica com o tempo acaba por utilizar os mesmos resquícios do passado como material narrativo, mobilizando sua mão artística contra o esquecimento que a narrativa oficial busca fazer. Ana Mafalda Leite explora essa questão em outra obra literária de J. P. Borges Coelho, mostrando que a técnica da busca pelas vozes destoantes como forma de resgate das memórias é algo recorrente em sua escrita e perpassa por outras literaturas africanas no pós-independência:

O carácter fragmentário da memória metaforiza-se assim na ruína dos edifícios, das casas, das carcomidas paredes, na mineralização dos silêncios, que as lápides congregam, e na invasão com que se impõe a verdura trepadeira do esquecimento. (LEITE, 2010, p.74-75)

Conclusões

Existem duas escritas caminhando de forma paralela aos usos do passado. O historiador J. P. Borges Coelho busca recuperar um passado de violência por meio das fontes documentais, do que elas dizem e dos silêncios que elas deixam, destoando de estudos de LQ em Moçambique que são consumidos por procurar em grandes fatos, como a guerra civil, números para explicar a nova nação que se formou. O narrador da *Crônica da Rua 513.4* vai pelo caminho das pedrinhas, inventando episódios e personagens a partir de acontecimentos relacionados ao passado fragmentado do dia-a-dia despercebido. Segundo Nazir Can, essa é a grande força da obra: “Mais do que contar a história do pós-independência moçambicano, a *Crônica da Rua 513.2* constitui um exercício poético sobre o lugar onde a memória trabalha e se perde, nas suas mais estranhas formas.” (CAN, 2008, p. 74). Historiograficamente, Marc Bloch nos revela como o esquecimento é um entrave para o desenvolvimento de sociedades:

[R]enunciando a se entregar às suas próprias tragédias com essa disposição, as sociedades consintam enfim a organizar racionalmente, com sua memória, o conhecimento de si mesmas. Só conseguirão isso lutando corpo-a-corpo com os dois principais responsáveis pelo esquecimento e pela ignorância: a negligência, que extravía os documentos; e [mais perigosa ainda] a paixão pelo sigilo – sigilo diplomático, sigilo de negócios, sigilo das famílias que os esconde ou destrói. (BLOCH, 2001, p. 85)

Portanto, em Moçambique é preciso enfrentar os becos da memória, ir até o final da rua, atravessar a lama e o caniço como faz J. P. Borges Coelho em suas duas formas de escrita. Na historiográfica, rastreia testemunhas, diários e se coloca de forma crítica à historiografia dominante. Na literária, utiliza um narrador com diversos focos narrativos para mostrar o conflito, inserindo episódios e personagens que provocam o efeito de mimesis ao real. Francisco Noa, crítico literário moçambicano, considera todos os tipos de memória importantes. Talvez, sejam justamente elas aquelas que possam contribuir para o desenvolvimento da nova sociedade que se formou no pós-independência:

Contudo, penso que pior que a amnésia é a mistificação da memória. Isto é, a subversão deliberada de fatos com o ingnóbil intuito de apresentarmos um passado impoluto recheando-se de ingredientes que estão aquém e além da realidade factual. (...) Por conseguinte, ao mesmo tempo que a memória serve para dar sentido, ela cumpre, no essencial, uma função de ordenar, de reconstruir e de restituir o que se pode transformar numa perda irrecuperável. Se, ao longo da História, os povos tem sabido por atos e por criações diversas evitar e retardar essa perda, tenho uma convicção inabalável na ideia de um monumento à memória se instituiria, hoje, não só como um dos maiores tributos que poderíamos dedicar ao nosso passado coletivo, mas também ao futuro. (NOA, 2015, p. 209)

Ao projetarmos a imagem de duas estradas paralelas que aparentemente se cruzam no horizonte, a caneta historiográfica feita de asfalto e a pena literária com chão arenoso de J. P. Borges Coelho caminham sobre o mesmo pântano formado de passado nos três textos trabalhados. Retomando as epígrafes iniciais deste artigo, somente é possível um regime de usos da verdade em Moçambique se as liberdades da arte forem incentivadas e a pesquisa poder mexer com vespeiros da história sem qualquer crivo político.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CAN, Nazir Ahmed; LÓPEZ, María del Mar Garcia. **Traficando identidades: la construcción del ethos intermedio en Crônica da Rua 513.2 de João Paulo Borges Coelho**. Universidad Autònoma de Barcelona, 2008.

COELHO, João Paulo Borges. **Crônica da Rua 513.2**. São Paulo: Kapulana, 2020.

COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta.” In: **Lusotopie**, Lyon,. n. 10. p. 175-193, 2003.

COELHO, João Paulo Borges. “A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)” In: RODRIGUES, Cristina Udelsmann. COSTA, Ana Bénard. **Pobreza e Paz nos PALOP**. Lisboa : Sextante Editora, 2009. p. 141-168.

COELHO, João Paulo Borges. “Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique” In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 106, Maio 2015. p. 153-166.

COOPER, Frederick. **Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. SP: Cia das letras, 2002.

HOUTONDJI, Paulin. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos” In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008. p. 149-160.

- LABAN, Michel. **Moçambique – encontro com escritores**: volume 1. Porto: Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1998.
- LEITE, Ana Mafalda. “Formas e lugares fantasmas da memória colonial e pós-colonial” In: **Via Atlântica**, 17, Junho 2010, p. 69-82.
- LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado” In **Projeto História - PUC-SP**. São Paulo n. 17, 1998. p. 63-201.
- MARX, K. “Notas sobre as recentes instruções prussianas relativas a censura” in: MARX-ENGELS. *Sobre Literatura e arte*. LISBOA: Editorial Estampa, 1977.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. SP: Editora Unesp, 2019.
- MUDIMBE, V.Y. **A invenção da África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. RJ: Vozes, 2019.
- NGOENHA, Severino. **Lomuku**. Maputo: Publifix edições, 2019.
- NGOENHA, Severino. **Das independências às liberdades**. Maputo: Paulinas, 2018.
- NOA, Francisco. **Perto do fragmento, a totalidade**: olhar sobre a literatura e o mundo. São Paulo: Kapulana, 2015.
- RANGER, Terence. HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence (org.) **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- SOUSA, Sandra I. “João Paulo Borges Coelho e as contradições do pós-colonialismo: uma análise de *A crónica da rua 513.2*” In: **Revista Literatura em debate**. v. 7, n. 13, 2013. p. 137-152.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. In **Revista De Antropologia- USP**. v. 51.n.1, 2008. p. 177-214.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. SP: Edusp, 2014.
- WIESER, Doris. “Urban Transformations in Maputo after Independence: Crónica da Rua 513.2, by João Paulo Borges Coelho”. In: Wieser, Doris / Prata, Ana Filipa (org.) **Cities of the Lusophone World: Literature, Culture and Urban Transformations**. Oxford: Peter Lang, 2018. pp. 237-256. (nossa tradução).